STJ00109515 - V. 1

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales* para *Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/ Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

1

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

22ª edição

revista, ampliada e atualizada

2020

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo

Novo curso de direito civil, volume 1 : parte geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 22. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
584 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1496-7 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0173 CDD 340

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil 347(81)

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação e revisão Know-How Editorial
Capa Paulo Caetano
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Corprint

Data de fechamento da edição: 2-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606200 CAE 716942

STJ00109515 - V. 1

Índice

Agradecimentos 7
Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil 21
Prefácio à Primeira Edição 23
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores 29

Capítulo I
Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo 31
2. Noções propedêuticas de direito 31
   2.1. Etimologia 31
   2.2. Conceito 32
   2.3. Outras acepções qualificadas da expressão "direito" 34
   2.4. Direito e moral 35
   2.5. Direito e poder 38
3. Fontes do direito 39
   3.1. Classificação das fontes 40
   3.2. Fontes do direito em espécie 41
      3.2.1. Legislação 41
         a) Características gerais da lei 41
         b) Classificação das leis 42
      3.2.2. Costume 46
      3.2.3. Jurisprudência 49
      3.2.4. Doutrina 52
      3.2.5. Analogia 52
      3.2.6. Princípios gerais do direito 53
      3.2.7. Equidade 54
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos ("civil law" e "common law") 57
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil 60
6. Conceito doutrinário e histórico do direito civil 61
7. Conteúdo do Código Civil 63

Capítulo II
A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação 65
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação 67
3. Antecedentes históricos 69
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos 71
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil 75
6. O Novo Código Civil brasileiro 80
7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002 82

Capítulo III
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 85
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas 87
3. Aplicação de normas jurídicas 93
   3.1. Interpretação de normas 94
   3.2. Algumas noções sobre a integração normativa 97
   3.3. Aplicação temporal de normas 98
   3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal) 104
   3.5. Aplicação espacial de normas 107
   3.6. Conflito de normas no espaço 109
   3.7. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB) 113

Capítulo IV
Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica 121
   1.1. Conceito 121
   1.2. Aquisição da personalidade jurídica 123
   1.3. O nascituro 125

2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade 131
2.1. Incapacidade absoluta 134
2.2. Incapacidade relativa 139
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos 140
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos 141
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 143
2.2.4. Os pródigos 144
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade,jurídica dos silvícolas 145
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência) 147
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado 148
3. Emancipação 151
4. Nome civil 158
4.1. Esclarecimentos terminológicos 159
4.2. Possibilidade de alteração do nome 160
4.3. Tutela jurídica do nome 165
5. Estado da pessoa natural 166
6. Registro civil 168
7. Extinção da pessoa natural 171
7.1. Morte civil 172
7.2. Morte presumida 173
7.2.1. Ausência 173
a) Curadoria dos bens do ausente 174
b) Sucessão provisória 175
c) Sucessão definitiva 177
d) Retorno do ausente 178
e) Ausência e dissolução do casamento 178
7.2.2. Justificação de óbito 179
7.3. Morte simultânea (comoriência) 180

Capítulo V
Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria 183
2. Conceito e denominação 184
3. Natureza dos direitos da personalidade 184

4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas 188
5. Titularidade 189
6. Características dos direitos da personalidade 192
6.1. Caráter absoluto 193
6.2. Generalidade 193
6.3. Extrapatrimonialidade 194
6.4. Indisponibilidade 194
6.5. Imprescritibilidade 196
6.6. Impenhorabilidade 196
6.7. Vitaliciedade 197
7. Classificação dos direitos da personalidade 197
7.1. Direito à vida 198
7.2. Direito à integridade física 203
7.2.1. Direito ao corpo humano 205
a) Direito ao corpo vivo 205
b) Direito ao corpo morto (cadáver) 208
7.2.2. Direito à voz 211
7.3. Direito à integridade psíquica 212
7.3.1. Direito à liberdade 212
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento 216
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária) 216
7.3.4. Direito à privacidade 218
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico 219
7.4. Direito à integridade moral 220
7.4.1. Direito à honra 220
7.4.2. Direito à imagem 220
7.4.3. Direito à identidade 222
8. A proteção dos direitos da personalidade 223

Capítulo VI
Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito 229
2. Denominações 231
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas) 231
3.1. Teorias negativistas 232

3.2. Teorias afirmativistas 232
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica 236
5. Surgimento da pessoa jurídica 237
5.1. Sociedades irregulares ou de fato 240
5.2. Grupos despersonalizados 243
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica 246
7. Classificação das pessoas jurídicas 250
7.1. Pessoas jurídicas de direito público 251
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado 253
7.2.1. As associações 256
7.2.2. As sociedades 260
a) Constituição das sociedades 261
b) Classificação das sociedades 262
7.2.3. As fundações 266
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial 268
b) Instituição por escritura pública ou testamento 268
c) Elaboração dos estatutos 269
d) Aprovação dos estatutos 270
e) Realização do registro civil 272
7.2.4. As organizações religiosas 274
7.2.5. Os partidos políticos 275
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada .. 276
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas 279
9. Desconsideração da personalidade jurídica ("disregard doctrine").. 281
9.1. Esclarecimentos terminológicos 283
9.2. Hipóteses de aplicação 286
9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade 295
9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas 295
9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica 298
a) Iniciativa 299
b) Fundamentos para a desconsideração 299
c) Momento da desconsideração 300
d) Contraditório e instrução 303
e) Natureza da decisão 303
f) Recurso 304
g) Efeitos da desconsideração 304
10. Extinção da pessoa jurídica 304

Capítulo VII
Domicílio Civil

1. Importância da matéria 307
2. Conceito 309
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias 310
4. Tratamento legal e mudança de domicílio 311
5. Domicílio aparente ou ocasional 313
6. Domicílio da pessoa jurídica 314
7. Espécies de domicílio 315

Capítulo VIII
Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas 319
2. Bem × coisa 321
3. Patrimônio jurídico 322
4. Classificação dos bens jurídicos 324
4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC/2002) 325
4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos 325
4.1.2. Bens imóveis e móveis 326
a) Classificação dos bens imóveis 327
a.1) Imóveis por sua própria natureza 327
a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial 327
a.3) Imóveis por acessão intelectual 328
a.4) Imóveis por determinação legal 328
a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta 329
b) Classificação dos bens móveis 330
b.1) Móveis por sua própria natureza 330
b.2) Móveis por antecipação 330
b.3) Móveis por determinação legal 330
c) Semoventes 331
4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis 332
4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis 333
4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis 334

4.1.6. Bens singulares e coletivos 335
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC/2002) 335
4.2.1. Classificação dos bens acessórios 336
a) Os frutos 336
b) Os produtos 337
c) Os rendimentos 338
d) As pertenças 338
e) As benfeitorias 339
f) As partes integrantes 341
4.3. Dos bens públicos e particulares 341
5. Bem de família 343
6. Coisas fora do comércio 357

Capítulo IX
Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico 359
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 360
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo 360
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico 362
4.1. Aquisição de direitos 362
4.2. Modificação de direitos 364
4.3. Conservação de direitos 364
4.4. Extinção de direitos 365
5. Fato jurídico em sentido estrito 365
6. Ato-fato jurídico 367
7. Ato jurídico em sentido estrito 369

Capítulo X
Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução 375
2. A transformação da teoria do negócio jurídico 375
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico 379
4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia 381

5. Classificação dos negócios jurídicos 383
6. Interpretação do negócio jurídico 386

Capítulo XI
Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência 389
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico 390
2.1. Manifestação de vontade 391
2.2. Agente emissor da vontade 392
2.3. Objeto 392
2.4. Forma 393
2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos 394

Capítulo XII
Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade 399
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico 400
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé 401
2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio. 406
2.2.1. Da representação 407
2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável) 409
2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita) 411

Capítulo XIII
Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução 415
2. Vícios do negócio jurídico 415
2.1. Erro ou ignorância 415
2.2. Dolo 420
2.3. Coação 425
2.4. Lesão 428
2.5. Estado de perigo 436
2.6. Simulação 439
2.7. Fraude contra credores 444

Capítulo XIV
Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução 453
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico 455
3. Nulidade absoluta 456
4. Nulidade relativa (anulabilidade) 461
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa.. 467
6. Conversão do negócio jurídico 468
7. Invalidade do negócio jurídico em face do novo conceito de capacidade civil 471
   7.1. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 473
   7.2. A pessoa com deficiência e a teoria da invalidade do negócio jurídico 475
      7.2.1. Pessoa com deficiência tem curador nomeado 476
      7.2.2. Pessoa com deficiência tem apoiadores nomeados 477
      7.2.3. Pessoa com deficiência sem curador ou apoiador 478

Capítulo XV
Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia 481
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico ... 481
   2.1. Condição 482
   2.2. Termo 491
   2.3. Modo ou encargo 494

Capítulo XVI
Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais 497
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico 500
   2.1. Confissão 501
   2.2. Documento 503
   2.3. Testemunha 510
   2.4. Presunções 514

2.5. Perícia 516
3. Considerações finais 518

Capítulo XVII
Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais 521
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal... 522
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil..... 524
4. O abuso de direito 526
5. Causas excludentes de ilicitude 528

Capítulo XVIII
Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico 531
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões .. 532
3. Noções conceituais 533
4. Distinção entre prescrição e decadência 539
4.1. Critérios tradicionais 540
4.2. Fundamento doutrinário para distinção "a priori" de prescrição e decadência 542
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade 542
a) Direitos a uma prestação 542
b) Direitos potestativos 543
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular 543
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência 543
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial 544
4.2.2. Classificação moderna das ações 544
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida 545
5. A prescrição e a decadência no Novo Código Civil 545

6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição 549
7. Causas interruptivas da prescrição 554
8. Prazos de prescrição no Novo Código Civil 560
9. Prazos de decadência no Novo Código Civil 565
10. Prazos prescricionais em matéria de Direito Intertemporal 566

Referências 571

STJ00111645 - V. 2

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual e da Academia Brasileira de Direito Civil.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e dos Cursos de Especialização *on-line* em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado III da graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em *Estudios en Derechos Sociales* para *Magistrados de Trabajo de Brasil* pela Universidad de Castilla-La Mancha/ Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro (e ex-Presidente) do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL 2

OBRIGAÇÕES

22ª edição
revista e atualizada
2021

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo
Novo curso de direito civil – Obrigações – vol. 2 / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 22. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
416 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-460-7 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-0763

CDD 340
CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito civil

Data de fechamento da edição: 6-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606799 CAE 750802

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Edson Colobone
Revisão Carolina Massanhi
Capa Paulo Caetano
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Índice

Agradecimentos 7
O muito obrigado de quem, ensinando, só faz aprender 19
Prefácio à Primeira Edição 21
Apresentação da Primeira Edição 23
Nota dos Autores 25

Capítulo I
Introdução ao Direito das Obrigações

1. Considerações iniciais 27
2. Conceito e importância do Direito das Obrigações 27
3. Evolução histórica do Direito das Obrigações 28
4. Âmbito do Direito das Obrigações 29
5. Distinções fundamentais entre Direitos Pessoais e Reais 31
   5.1. Figuras híbridas entre Direitos Pessoais e Reais 34
6. Considerações terminológicas 35
   6.1. Conceitos correlatos 36
7. O Direito das Obrigações no Código Civil de 1916 37
8. O Direito das Obrigações no Código Civil de 2002 38

Capítulo II
Estrutura da Obrigação

1. Noções gerais 41
2. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional 42
3. Elemento objetivo: a prestação 43
4. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor 45

Capítulo III
Fontes das Obrigações

1. Introdução 47

2. As fontes das obrigações no Direito Romano 48
3. Classificação moderna das fontes das obrigações 49
4. As fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil 52

Capítulo IV
Objeto da Obrigação — A Prestação

1. Considerações iniciais 53
2. Características fundamentais da prestação 55
   2.1. Licitude 57
   2.2. Possibilidade 57
   2.3. Determinabilidade 58
3. Principais modalidades de prestações 59

Capítulo V
Classificação Básica das Obrigações

1. Introdução 63
2. Classificação básica 63
   2.1. Obrigações de dar 64
      2.1.1. Obrigações de dar coisa certa 64
      2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta 68
      2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias) 71
   2.2. Obrigações de fazer 75
      2.2.1. Descumprimento culposo das obrigações de fazer: a sua tutela jurídica 77
   2.3. Obrigações de não fazer 85
      2.3.1. Descumprimento culposo das obrigações de não fazer: a sua tutela jurídica 86

Capítulo VI
Classificação Especial das Obrigações

1. Outros critérios metodológicos adotados para a classificação das obrigações 89
2. Classificação especial das obrigações 90
3. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos) 91
   3.1. Obrigações fracionárias 91

3.2. Obrigações conjuntas 92
3.3. Obrigações disjuntivas 93
3.4. Obrigações solidárias 94
3.4.1. A solidariedade 94
3.4.1.1. Solidariedade ativa 96
3.4.1.2. Solidariedade passiva 101
3.4.2. Subsidiariedade 106
4. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação) 109
4.1. Obrigações alternativas 109
4.2. Obrigações facultativas 112
4.3. Obrigações cumulativas 113
4.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis 113
4.5. Obrigações líquidas e ilíquidas 117
4.5.1. Conceito de liquidação 118
4.5.2. Modalidades de liquidação 119
5. Classificação especial quanto ao elemento acidental 124
5.1. Obrigações condicionais 124
5.2. Obrigações a termo 125
5.3. Obrigações modais 125
6. Classificação especial quanto ao conteúdo 126
6.1. Obrigações de meio 126
6.2. Obrigações de resultado 126
6.3. Obrigações de garantia 127

Capítulo VII
Obrigação Natural

1. Noções conceituais 129
2. Uma rápida visão das obrigações naturais no Direito Romano 129
3. Fundamentos e natureza jurídica da obrigação natural 131
4. Classificação das obrigações naturais 133
5. Disciplina das obrigações naturais no Direito brasileiro 134

Capítulo VIII
Teoria do Pagamento — Condições Subjetivas e Objetivas

1. Sentido da expressão "pagamento" e seus elementos fundamentais 137
2. Natureza jurídica do pagamento 139
3. Condições subjetivas do pagamento 140
3.1. De quem deve pagar 140

3.2. Daqueles a quem se deve pagar 145
4. Condições objetivas do pagamento 151
4.1. Do objeto do pagamento e sua prova 151
4.2. Do lugar do pagamento 156
4.3. Do tempo do pagamento 159
5. Teoria do adimplemento substancial (*substantial performance*) 160

Capítulo IX
Formas Especiais de Pagamento

1. Considerações gerais sobre formas de extinção das obrigações 167
2. Enumerando as formas especiais de pagamento 167

Capítulo X
Consignação em Pagamento

1. Noções gerais e conceituais 169
2. Natureza jurídica do pagamento em consignação 170
3. Hipóteses de ocorrência 171
4. Requisitos de validade 174
5. Possibilidade de levantamento do depósito pelo devedor 175
6. Consignação de coisa certa e de coisa incerta 176
7. Despesas processuais 178
8. Prestações periódicas 178
9. Regras procedimentais para a consignação em pagamento 179
9.1. Consignação extrajudicial 179
9.2. Aplicabilidade da consignação extrajudicial nas relações trabalhistas 184
9.3. Consignação judicial em pagamento 185
9.4. O procedimento judicial trabalhista da ação de consignação em pagamento 189

Capítulo XI
Pagamento com Sub-rogação

1. Compreensão da palavra "sub-rogação" 195
2. Conceito e espécies 196

2.1. Pagamento com sub-rogação legal 197
2.2. Pagamento com sub-rogação convencional 200
3. Efeitos jurídicos da sub-rogação 201

Capítulo XII
Imputação do Pagamento

1. Noções introdutórias 205
2. Conceito e requisitos 205
3. Imputação do credor e imputação legal 206

Capítulo XIII
Dação em Pagamento

1. Conceito 209
2. Requisitos da dação em pagamento 210
3. Evicção da coisa dada em pagamento 211
4. Dação *pro solvendo* 212

Capítulo XIV
Novação

1. Introdução 215
2. Conceito 215
3. Requisitos 216
4. Espécies 221
4.1. Novação objetiva 221
4.2. Novação subjetiva (ativa, passiva ou mista) 221
4.3. Novação mista 224
5. Efeitos 225

Capítulo XV
Compensação

1. Introdução 227
2. Conceito e espécies 227
3. Requisitos da compensação legal 229

4. Hipóteses de impossibilidade de compensação 231
5. Compensação de dívidas fiscais 232
6. Aplicabilidade supletiva das regras da imputação do pagamento 234

Capítulo XVI
Transação

1. Noções conceituais 237
2. Elementos constitutivos 237
3. Natureza jurídica 238
4. Espécies 240
5. Forma 240
6. Objeto 241
7. Características principais 241
8. Efeitos 243

Capítulo XVII
Compromisso (Arbitragem)

1. Noções introdutórias 247
2. Conceito de arbitragem 248
3. Esclarecimentos terminológicos 249
4. Classificação da arbitragem no sistema de mecanismos de solução de conflitos 250
5. Breve relato da experiência histórica brasileira do uso de arbitragem 251
6. Características gerais positivas da arbitragem 252
   6.1. Celeridade 252
   6.2. Informalidade do procedimento 253
   6.3. Confiabilidade 254
   6.4. Especialidade 254
   6.5. Confidencialidade ou sigilo 254
   6.6. Flexibilidade 255
7. Natureza jurídica do compromisso e da arbitragem 255
8. Espécies de arbitragem 256
   8.1. Quanto ao modo 257

8.2. Quanto ao espaço 257
8.3. Quanto à forma de surgimento 258
8.4. Quanto aos fundamentos da decisão 258
8.5. Quanto à liberdade de decisão do árbitro 258
9. Arbitragem × Poder Judiciário 259
10. A Lei de Arbitragem (Lei n. 9.307/96 — "Lei Marco Maciel") 265
11. Procedimento da arbitragem 265
12. Incidência da arbitragem na legislação trabalhista brasileira 268
13. Considerações críticas sobre a utilização da arbitragem na sociedade brasileira 270

Capítulo XVIII
Confusão

1. Conceito 273
2. Espécies 273
3. Efeitos e restabelecimento da obrigação 274

Capítulo XIX
Remissão

1. Noções introdutórias e conceituais 275
2. Esclarecimentos terminológicos 276
3. Requisitos da remissão da dívida 277
4. Espécies de remissão 279
5. Remissão a codevedor 280

Capítulo XX
Transmissão das Obrigações: Cessão de Crédito, Cessão de Débito (Assunção de Dívida) e Cessão de Contrato

1. Introdução 281
2. Cessão de crédito 282
2.1. Conceito e espécies 282
2.2. Institutos análogos 283

2.3. Exemplificação e disciplina legal 283
2.4. Notificação do devedor e responsabilidade do cedente 286
3. Cessão de débito (assunção de dívida) 288
4. Cessão de contrato 291
4.1. Cessão do contrato de trabalho 293

Capítulo XXI
Inadimplemento Absoluto das Obrigações

1. Noções introdutórias: o ciclo vital da obrigação 301
2. O inadimplemento culposo da obrigação 302
3. Inadimplemento fortuito da obrigação 305

Capítulo XXII
Inadimplemento Relativo das Obrigações A Mora

1. Introdução 309
2. Mora do devedor (*solvendi* ou *debendi*) 310
3. Mora do credor (*accipiendi* ou *credendi*) 315
4. Purgação e cessação da mora 318

Capítulo XXIII
Perdas e Danos

1. Consequências do inadimplemento culposo da obrigação 321
2. Perdas e danos 322
3. O dever de mitigar o próprio prejuízo (*duty to mitigate the loss*)... 330
4. Juros 335
4.1. Conceito e espécies 335
4.2. Juros no processo do trabalho 340
4.3. Juros e atividade bancária 341

Capítulo XXIV
Prisão Civil

1. Introdução 347
2. Breve histórico da prisão civil 347

3. Conceito e o tratamento da prisão civil no Direito brasileiro 348
3.1. Da prisão civil decorrente de inadimplemento de obrigação alimentar 349
3.2. Da prisão civil decorrente da condição de depositário infiel ... 356
3.2.1. Da caracterização da condição de depositário infiel 357
3.2.2. A saga da prisão civil do depositário infiel — da previsão constitucional à ilicitude 359
3.2.3. Da consequência jurídica da caracterização como depositário infiel, ante a impossibilidade de decretação da prisão civil 361
3.2.4. Breves considerações críticas sobre a prisão civil do devedor na alienação fiduciária 361

Capítulo XXV
Cláusula Penal

1. Conceito e espécies 367
2. Cláusula penal compensatória e cláusula penal moratória no direito positivo brasileiro 369
3. A nulidade da obrigação principal e a cláusula penal 375
4. Cláusula penal e institutos jurídicos semelhantes 376

Capítulo XXVI
Arras Confirmatórias e Arras Penitenciais

1. Disciplina normativa das arras no Código Civil de 1916 e no de 2002 379
2. Conceito de arras 379
3. Modalidades de arras ou sinal 380
3.1. Arras confirmatórias 380
3.2. Arras penitenciais 382
4. Arras e cláusula penal 384

Capítulo XXVII
Atos Unilaterais

1. Noções introdutórias 385
2. Promessa de recompensa 385
2.1. Pressupostos de validade 386

2.2. Possibilidade de revogação 387
2.3. Concorrência de interessados 387
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa 387
3. Gestão de negócios 388
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio 389

Capítulo XXVIII
Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido

1. Noções introdutórias 391
2. Enriquecimento sem causa 391
3. Pagamento indevido 393
3.1. Espécies de pagamento indevido 394
3.2. Pagamento indevido e boa-fé 395
3.3. Ação de *in rem verso* 397

Capítulo XXIX
Preferências e Privilégios Creditórios

1. Noções introdutórias 401
2. Esclarecimentos terminológicos 402
3. Concurso de credores 402
4. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro 403
5. Ordem preferencial no Direito brasileiro 405

Referências 407